

REDES POPULARES DE TURISMO E EXPERIÊNCIAS DE MAPEAMENTO PARTICIPATIVO: a atuação da Rede Brasilidade Solidária em Teresópolis (RJ)

Cleber Marques de Castro*

Rafael Ângelo Fortunato**

Resumo: Este relato de pesquisa apresenta a atuação da “Rede Brasilidade Solidária” no município de Teresópolis (RJ) e a experiência com os mapeamentos participativos visando a produção de novas territorialidades associadas ao turismo. A formação de redes populares de turismo é um fenômeno importante para a produção do território turístico e para renovar o modo de se pensar a política e a administração pública neste setor.

Palavras-chave: Turismo Solidário, Redes populares, Mapeamento Participativo, Teresópolis.

SOCIAL TOURISM NETWORKS AND PARTICIPATORY MAPPING EXPERIENCES: ACTIVITIES OF “REDE BRASILIDADE SOLIDÁRIA” IN TERESÓPOLIS (RJ)

Abstract: This research report presents the activities of "Rede Brasilidade Solidária" at Teresópolis, Rio de Janeiro State (RJ) and its experience with participatory mapping aimed at producing new territorialities associated with tourism. The formation of social tourism networks is an important phenomenon to production of tourist territory and to renew the way of thinking about politics and public administration in this area.

Keywords: Solidarity Tourism, Social Tourism Networks, Participatory Mapping, Teresópolis.

RETI DI TURISMO POPOLARI E LE ESPERIENZE DI CARTOGRAFIA PARTECIPATIVA: IL RUOLO DELLA “REDE BRASILIDADE SOLIDÁRIA” A TERESOPOLIS (RJ)

Astratto: Questo rapporto di ricerca presenta le attività della "Rede Brasilidade Solidaria" a Teresópolis, Rio de Janeiro (RJ) e la sua esperienza con la cartografia partecipativa volta a produrre nuove territorialità legate al turismo. La formazione di reti di turismo popolari è un fenomeno importante per la produzione del territorio turistico e per rinnovare il modo di pensare la politica e la pubblica amministrazione di questo settore.

* Professor Adjunto do Departamento de Turismo da UERJ, campus Teresópolis. E-mail: cleber.castro@uerj.br

** Professor Adjunto do Departamento de Turismo da UERJ, campus Teresópolis. E-mail: rafael.fortunato@uerj.br

Paroli Chiavi: Turismo Solidale, Reti Popolari di Turismo, Cartografia Partecipativa, Teresópolis.

Introdução

A mobilização e a participação popular têm se tornado cada vez mais presente em grande parte das políticas do setor de turismo, haja vista que existe na academia e no campo das políticas públicas um movimento de validação desta participação/mobilização como um formato capaz de garantir a sustentabilidade na atividade turística. Este processo, porém, não ocorre unicamente no turismo, pois em vários setores, após a redemocratização do país, passou-se a dar maior valor às ideias de descentralização, autonomia municipal e participação popular.

No Brasil, o planejamento turístico seguiu este processo de descentralização e as políticas públicas do campo do turismo também investem na participação de diversos agentes visando à reflexão e a inclusão social no desenvolvimento da atividade.

Partimos da premissa que a formação de redes populares de turismo, nas quais pessoas se mobilizam e interagem visando decidir caminhos para produção do território turístico é um fenômeno importante para renovar o modo de se pensar a política e a administração pública no campo do turismo. Neste sentido, o objetivo do presente artigo é apresentar o processo de formação da “Rede Brasilidade Solidária” e de estratégias metodológicas de mobilização e participação popular, com base nas cartografias sociais visando o desenvolvimento do turismo solidário.

Assim, o presente artigo está estruturado em quatro seções: a primeira discute brevemente como a Política Nacional de Turismo abre espaço para a descentralização da gestão e do planejamento do turismo, ensejando o estabelecimento de redes populares visando o turismo solidário; a segunda seção apresenta a proposta e os objetivos da Rede Brasilidade Solidária; por fim, a terceira e quarta seções focam na cartografia social e na metodologia dos mapeamentos turísticos participativos, bem como a atuação da Rede Brasilidade Solidária no município de Teresópolis (RJ).

Cleber Marques de Castro; Rafael Ângelo Fortunato, Redes populares de turismo e experiências de mapeamento participativo: a atuação da Rede Brasilidade Solidária em Teresópolis (RJ).

Políticas Públicas e Redes Populares de Turismo

No ano de 2008 temos a promulgação de importante marco legal para o turismo, a Política Nacional de Turismo (Lei Federal 11.771/08), que dentre outras disposições, “define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico e disciplina a prestação de serviços turísticos, o cadastro, a classificação e a fiscalização dos prestadores de serviços turísticos”. Por sua vez, a análise do texto legal confirma as tendências de descentralização em curso no país, conforme explicitado no Art. 5, incisos II, VI, VIII e IX, a seguir:

II - reduzir as disparidades sociais e econômicas de ordem regional, promovendo a inclusão social pelo crescimento da oferta de trabalho e melhor distribuição de renda;

VI - promover, descentralizar e regionalizar o turismo, estimulando Estados, Distrito Federal e Municípios a planejar, em seus territórios, as atividades turísticas de forma sustentável e segura, inclusive entre si, com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica

VIII - propiciar a prática de turismo sustentável nas áreas naturais, promovendo a atividade como veículo de educação e interpretação ambiental e incentivando a adoção de condutas e práticas de mínimo impacto compatíveis com a conservação do meio ambiente natural;

IX - preservar a identidade cultural das comunidades e populações tradicionais eventualmente afetadas pela atividade turística;

Estes incisos revelam o investimento no poder local para produção de territórios turísticos. Sem dúvida, as redes populares podem cumprir um importante papel para que os objetivos propostos pela Política Nacional de Turismo sejam alcançados, na medida em que o envolvimento e as decisões da comunidade local sejam os norteadores das políticas públicas.

O Art. 9 da Lei 11.771/08 garante que o Sistema Nacional de Turismo tem por um dos seus objetivos promover a regionalização da atividade turística através do incentivo à criação de organismos autônomos e de leis facilitadoras do desenvolvimento do setor, descentralizando a sua gestão, fato que nos remete diretamente a formação de redes locais e regionais. Julgamos que as redes populares, compostas por genuínos agentes

sociais locais, possui a capacidade de construir e garantir as melhores condições socioambientais para os territórios turísticos. A participação das pessoas em redes populares e solidárias pode tornar-se uma das ferramentas que visam garantir a expressão genuína das territorialidades dos grupos autóctones, promovendo suas regiões.

O governo federal, por exemplo, também ressalta a importância da descentralização, quando o Ministério do Turismo promove um programa intitulado “Programa de Regionalização do Turismo”, ressaltando a importância da descentralização e das redes para o fortalecimento da atividade turística. Um documento derivado deste programa, os “Cadernos de Turismo” afirma que:

A organização em Rede tem enorme poder de promover a divulgação de informações e a troca de experiências de forma descentralizada. Essa estrutura e sua forma de organização induzem à colaboração, à cooperação, ao trabalho conjunto, à gestão compartilhada e à ação autônoma individual integrada a uma visão coletiva. O exercício da colaboração, como acontece nas Redes, promove o desenvolvimento dos talentos e a emancipação responsável (BRASIL, 2007, p. 14).

Apesar da temática das redes estarem presentes em programas e documentos de governo, trabalhamos com o pressuposto de que elas não devem ser elaboradas apenas com o aval ou patrocínio governamental. É importante que a sociedade civil de maneira geral inicie movimentos locais para o fortalecimento de sua atuação política, pensando em um programa pragmático com força suficiente para solidarizar-se, buscar o diálogo e avançar rumo à emancipação da gestão do turismo em um determinado território. Lembramos que Beni (2006, p. 62) afirma que boa parte dos projetos de desenvolvimento sustentável na área do turismo possui entraves justamente na incapacidade de mobilização da comunidade local.

A superação deste problema diagnosticado por Beni (2006) pode ter resposta no fortalecimento das redes populares, a partir do fortalecimento de formas de cooperação, de solidariedade e de inserção das comunidades como verdadeiros agentes sociais no processo de gestão do turismo e, por conseguinte, na gestão do território.

Cleber Marques de Castro; Rafael Ângelo Fortunato, Redes populares de turismo e experiências de mapeamento participativo: a atuação da Rede Brasilidade Solidária em Teresópolis (RJ).

A Rede Brasilidade Solidária: proposta e objetivos

O objetivo da Rede Brasilidade Solidária é de promover o desenvolvimento territorial local através de empreendimentos e atividades turísticas, visando contribuir para minimizar problemas e conflitos socioambientais ao formarmos redes de cooperação. Teórica e metodologicamente, ancora-se nas discussões referentes ao turismo solidário, à educação ambiental, à política, dentre outras áreas, revelando seu caráter interdisciplinar. Os trabalhos da Rede foram inaugurados em 2012 e podem ser vistos em <brasilidadesolidaria.com.br>.

154

De acordo com Fortunato (2011) admite-se que a formação de redes populares de turismo é parte de um processo de envolvimento e atuação política, disseminando uma metodologia que sinaliza para a complexidade e para a base filosófica do turismo solidário. Este tipo de turismo alinha-se com as novas discussões da ciência na contemporaneidade e cumpre uma função social importante, pois integra diferentes olhares para compor o turismo como um fenômeno social de múltiplas determinações.

Aposta-se na ideia de que o turismo solidário é uma filosofia que antecede as segmentações de mercado, permeando as modalidades de turismo, tais como o ecoturismo, turismo rural, turismo de negócios, turismo religioso, dentre outros.

Longe das abordagens mecânicas e deterministas, o turismo solidário trabalha com os pressupostos metodológicos sistematizados por Fortunato (2011) e representados nos “Seis Vês” do turismo solidário (Visitação, Vivências, Vendas, Vínculos, Veiculação, Validação). Estes “vês”, apresentados em detalhe por Fortunato e Neffa (2014), funcionam como indicadores e diretrizes para a sistematização e o acompanhamento dos processos turísticos em uma determinada localidade e região.

A Cartografia Social e os Mapeamentos Turísticos Participativos: concepção e adaptações metodológicas

Como aproveitar as diferentes potencialidades turísticas de um município? Como ordenar estas atividades visando a promoção da inclusão social e da sustentabilidade em sentido mais amplo? Acreditamos que podem haver diferentes caminhos para responder a estas questões. No entanto, defendemos que a criação de redes populares e a implantação da noção de turismo solidário são fundamentais para um maior envolvimento das comunidades no sistema turístico local, bem como na geração de renda e inclusão social.

As cartografias sociais, por sua vez, emanam como uma modalidade de cartografia em que as próprias comunidades e agentes sociais constroem os mapeamentos, com base em suas interpretações e percepções. Esta modalidade de cartografia surgiu, segundo Acselrad e Coli (2008), no final do século XX, quando as representações cartográficas passam a contemplar a participação da população local nos processos de produção de mapas.

Uma das ações mais conhecidas no Brasil de cartografia social é o projeto intitulado “Nova Cartografia Social da Amazônia”, coordenado pelo antropólogo Alfredo Wagner B. de Almeida. Segundo a apresentação do projeto no sítio na internet, o material produzido com a autcartografia dos povos da Amazônia é um instrumento de fortalecimento dos movimentos sociais e de suas identidades coletivas e territorialidades específicas¹.

Compreendemos que a cartografia social pode se tornar um importante instrumento não somente para identificação de problemas cotidianos e da expressão de identidades sociais e suas expressões territoriais, mas também de potencialidades sociais e relativas à atividade turística, sendo o mapa construído coletivamente, uma representação do espaço vivido.

¹ O endereço do sítio na internet é <www.novacartografiasocial.com/apresentacao> . Acesso em 08/12/2014.

Intitulamos de “mapeamentos turísticos participativos”, o processo de cartografar em que o objeto principal é a atividade turística atual e/ou potencial, bem como ações pró-ativas ou os entraves para seu pleno desenvolvimento. Neste sentido, o mapeamento turístico participativo não deixa de por em evidência questões de infraestrutura básica, como o saneamento, segurança e transportes ou questões mais específicas, como preservação do patrimônio natural e cultural, tombamentos, políticas públicas específicas, etc.

O processo de cartografar em si é consubstanciado em oficinas de mapeamento, que podem ser adaptadas em função de circunstâncias diversas como, público alvo, tempo disponível, metas, etc.

O primeiro passo, anterior a oficina, é a produção/coleta de dados por meio de pesquisas e trabalhos de campo. O estabelecimento de contato com entidades, como e associação de moradores, por exemplo, é fundamental para: se estabelecer vínculos de confiança entre as partes; para a divulgação e compreensão por parte da comunidade dos objetivos do projeto; para obtenção de espaço físico para a realização da oficina, dentre outros aspectos.

Na oficina há, pelo menos, duas formas de expressão cartográfica: os mapas mentais e o etnomapeamento, adicionando-se a possibilidade das informações virem à tona através da expressão oral, como as “carto-falas”, tal qual a experiência exposta por Ferreira et al. (2014). Nos mapas mentais oferecemos folhas A3, lápis de cor, lápis preto, borrachas e apontadores para que os presentes executem um mapeamento de maneira livre e independente. Por outro lado, no etnomapeamento, parte-se de uma base cartográfica e/ou de imagens prévias, como por exemplo, um mosaico de imagens de satélite e cartas topográficas (BARROS 2013; FERREIRA et al. 2014).

A Rede Brasilidade Solidária e os Mapeamentos Participativos: atuação em Teresópolis (RJ)

A Rede Brasilidade Solidária possui projetos desenvolvidos ou em andamento em municípios de vários estados do Brasil, como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Amazonas. No entanto, é no município de Teresópolis (RJ) que estamos aplicando a metodologia dos mapeamentos turísticos participativos nos dois projetos em curso o Circuito das Nascentes, no bairro Caleme e o Circuito da Granja Guarani, em bairro homônimo.

O Caleme, caracterizado como um bairro periférico e com pouca oferta de serviços públicos foi um dos bairros de Teresópolis mais atingidos pelas chuvas de janeiro de 2011. Dista aproximadamente 6,5 km do centro da cidade e o acesso se dá pela BR 495. A urbanização se consolidou na pequena planície de inundação e nos terraços fluviais do rio do Imbuí. A parte mais habitada do bairro situa-se no fundo do vale, entre as cotas 900 m e 1000 m, enquanto o topo mais elevado, o Morro do Triunfo, possui 1746 m de altitude, de acordo com a carta topográfica Itaipava 1:50.000 (SF-23-Z-B-I-4).

O interesse em desenvolver projetos de turismo solidário e mapeamentos participativos no Caleme decorre, em primeiro lugar, da necessidade da comunidade se reerguer após a tragédia de 2011, sendo as redes populares de turismo, uma das ferramentas para tal. Uma segunda justificativa reside no fato do bairro ter como limites o Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis (PNMMT), maior unidade de conservação municipal do estado do Rio de Janeiro, criado em 2009. Sendo assim, o projeto Circuito das Nascentes (Figura 1), no bairro Caleme, consiste em um roteiro turístico em que o principal atrativo é a água. Além de belas paisagens da região, as trilhas levarão o turista ao encontro de diversas nascentes e cachoeiras, além do potencial desenvolvimento de roteiros geoturísticos. O projeto encontra-se em fase inicial. Espera-se que em 2015 seja possível a realização de um curso de extensão em turismo solidário e a localização/caracterização das nascentes, cachoeiras, trilhas e outros pontos de interesse e atividades através dos mapeamentos participativos. O curso de extensão visa a formação de pessoas no bairro para

Cleber Marques de Castro; Rafael Ângelo Fortunato, Redes populares de turismo e experiências de mapeamento participativo: a atuação da Rede Brasilidade Solidária em Teresópolis (RJ).

incentivar e planejar a atividade turística como forma de inclusão social, geração de renda complementar e geração/fortalecimento de laços comunitários. Acreditamos que o foco nas nascentes, cachoeiras e nas trilhas, além de promover um tipo de turismo, contribui para a sensibilização das pessoas quanto a importância da qualidade da água e da preservação dos mananciais.



Figura 01: Logomarca do Projeto Circuito das Nascentes

Outro bairro em que a Rede Brasilidade Solidária atua é a Granja Guarani, que faz limite com o Parque Nacional Serra dos Órgãos (Parnaso) e possui acesso próximo à entrada da sede Teresópolis deste Parque. O nome do bairro tem origem no romance de José de Alencar, o Guarani, assim como algumas ruas/alamedas do bairro. No que tange à sua ocupação há um forte contraste entre as alamedas arborizadas e mansões em condomínios fechados, com as vielas estreitas e residências mais simples e aglomeradas.

Em relação ao turismo o bairro possui diversos atrativos, porém com forte necessidade de intervenção pública, pois se encontram abandonados e depredados, ainda que tombados pelo Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (Inepac) como o “Quiosque das Lendas”, também conhecido no bairro como “Caramanchão”, um belíssimo mirante com azulejos portugueses que retratam lendas indígenas e o “Lago Iacy”, outrora um lago artificial aprazível com pedalinhos e área de lazer, hoje totalmente assoreado e abandonado.

Cleber Marques de Castro; Rafael Ângelo Fortunato, Redes populares de turismo e experiências de mapeamento participativo: a atuação da Rede Brasilidade Solidária em Teresópolis (RJ).

No intuito de cartografar estes e outros possíveis atrativos turísticos, bem como o cotidiano do bairro e seus problemas ambientais realizamos em dezembro de 2014 uma primeira oficina de mapeamento turístico participativo. A metodologia aplicada segue os procedimentos descritos na seção anterior, isto é, oferecemos a oportunidade dos participantes de realizarem tanto os mapas mentais, como o etnomapeamento (figura 02). Após contato inicial com representantes da associação de bairro local (Associação de Moradores e Amigos da Granja Guarani – AMAGG) em setembro de 2014, temos desde então, tentado realizar a oficina em uma capela do bairro, o que só foi possível, em decorrência de alguns entraves, em 07 de dezembro de 2014. A divulgação foi feita com uma semana de antecedência, com cartazes afixados em estabelecimentos comerciais do bairro. No entanto, como autocrítica, os cartazes que divulgavam a oficina continham informações básicas como justificativa, objetivos e relevância para a comunidade, mas foram produzidos com o “vício” da linguagem técnica/acadêmica e pode ter sido condicionante para um “estranhamento” por parte da comunidade. A oficina teve a presença de seis moradores maiores de 18 anos e uma dúzia de crianças.



Figura 02: Adultos e crianças na oficina de mapeamento turístico participativo, realizada na Capela do Imaculado Coração de Maria, em 07 de dezembro de 2014.

No presente momento manipulamos e analisamos em gabinete os mapas produzidos e as informações anotadas. Após a identificação dos pontos, os mesmos serão georreferenciados em trabalho de campo e tratados em um sistema de informação

geográfica (SIG) visando a construção de mapa síntese. Contudo, avaliamos a necessidade de realizar pelo menos outra oficina no bairro. O mapa síntese, como produto final do processo de mapeamento turístico participativo será impresso e doado a associação de moradores, da mesma forma que constará no sítio da Rede Brasilidade Solidária, para ampla divulgação. A partir deste momento o mapa poderá ser atualizado e espera-se que o mesmo fomente o debate comunitário acerca das potencialidades dos agentes sociais locais com o turismo, com o apoio da Rede através do curso de extensão em Turismo Solidário.

Considerações finais

As redes populares de turismo visam articular diversas potencialidades das comunidades envolvidas buscando a expressão de novas territorialidades, ou seja, da expressão não de um poder ou de um “controle do território”, mas de alternativas de roteiros, produtos e experiências populares, para além do que é oferecido pelo “trade turístico” convencional.

A experiência empírica da atuação da Rede Brasilidade Solidária no Caleme e na Granja Guarani retrata diversas dificuldades no processo de consolidação das redes populares de turismo, situando-se distante do modelo idealizado nos documentos do Ministério do Turismo e da própria Rede Brasilidade Solidária. A dificuldade de mobilização da comunidade e de compreender o turismo como uma atividade viável na geração de renda complementar são os principais entraves. As comunidades, por vezes, já possuem o principal recurso, o patrimônio cultural e ambiental, contudo faltam estímulo e orientação visando o desenvolvimento do turismo local.

Ainda que tenhamos estas e outras dificuldades na implantação de redes populares visando a organização do turismo local, talvez não seja possível consolidar um território turístico com justiça social e sustentabilidade ambiental, sem diretrizes e posições ideológicas representadas pelas redes populares de turismo. Acreditamos que este tipo de rede, portanto, configura-se como um espaço propício para

construção da cidadania, para educação política e que pode ser encarada como um instrumento de geração e fortalecimento de novas territorialidades.

Referências

ACSELRAD, H.; COLI, L. R. Disputas Cartográficas e Disputas Territoriais. In: ACSELRAD, H. (Org.) *Cartografias Sociais e Território*. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

BARROS, L. P.; MAZUREK, R. R. S.; BALIEIRO, C. B. P.; AMORA, P. B.; SZTUTUT, M. Etnomapeamento como instrumento de apoio à classificação da tipologia florestal nas terras indígenas Uaçá, Galibi e Juminã, no estado do Amapá. In: *Anais XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR*, Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 13 a 18 de abril de 2013, INPE. 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. *Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Formação de Redes*. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 55 p. 2007.

BENI, M. *Política e planejamento de turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph, 2006.

FERREIRA, T. S. F. ; ALVES, S. L. P. ; DAOU, A. M. L. ; MENEZES, P. M. L. O Artesanato em Garrafas de Areia Colorida da Praia de Majorlândia (CE). Uma experiência de mapeamento participativo. In: *XXVI Congresso Brasileiro de Cartografia, V Congresso Brasileiro de Geoprocessamento e XXV Exposicarta*, Gramado, RS. 2014.

FORTUNATO, R. A. Turismo solidário e a redescrição social no Vale do Jequitinhonha-MG. 163p. *Tese de Doutorado*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

FORTUNATO, R. A.; NEFFA, E. M. Abordagem Complexa e Desenvolvimento Local por meio do Turismo Solidário: o caso da rede “Brasilidade Solidária”. *Turismo em Análise*. V.25, N.1, pp.51-74, 2014.